

RECURSO INOMINADO - DANOS MORAIS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

RECORRENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECORRIDO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

PROCESSO Nº: _____

COLEDA CÂMARA,

I – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O Recorrente ajuizou ação de indenização por danos morais em face do Recorrido, alegando que sofreu ofensas e humilhações que ultrapassaram os limites do mero aborrecimento, configurando-se ato ilícito passível de reparação civil.

O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido, sob a alegação de ausência de comprovação do dano e do nexo causal.

II – DOS FUNDAMENTOS DO RECURSO

A decisão recorrida merece reforma, porque restou demonstrado no processo que as condutas do Recorrido ultrapassam os limites aceitáveis no convívio social, configurando ato ilícito conforme o artigo 186 do Código Civil.

O dano moral está evidenciado pela gravidade das ofensas e pela repercussão negativa na vida do Recorrente, conforme testemunhas e documentos acostados.

O nexo causal é incontroverso, pois a conduta ofensiva decorreu diretamente do Recorrido.

III – DO DIREITO

O artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal assegura a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas, garantindo o direito à indenização por dano moral.

O Código Civil, em seus artigos 186 e 927, impõe a reparação pelos danos causados a terceiros. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça reconhece o direito à indenização por danos morais em situações análogas.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o Recorrente que este Egrégio Tribunal:

1. Conheça e dê provimento ao presente Recurso Inominado;
2. Reforma integralmente a sentença de primeiro grau, para condenar o Recorrido ao pagamento de indenização por danos morais, em valor justo e adequado;
3. Condene o Recorrido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, na forma da lei.

V – DAS PROVAS

O Recorrente reitera o interesse na produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente a prova testemunhal, documental e pericial, caso necessário.

VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Requer ainda que todas as intimações sejam feitas em nome do advogado abaixo subscrito, sob pena de nulidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____
Local Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/recurso-inominado-danos-morais/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.